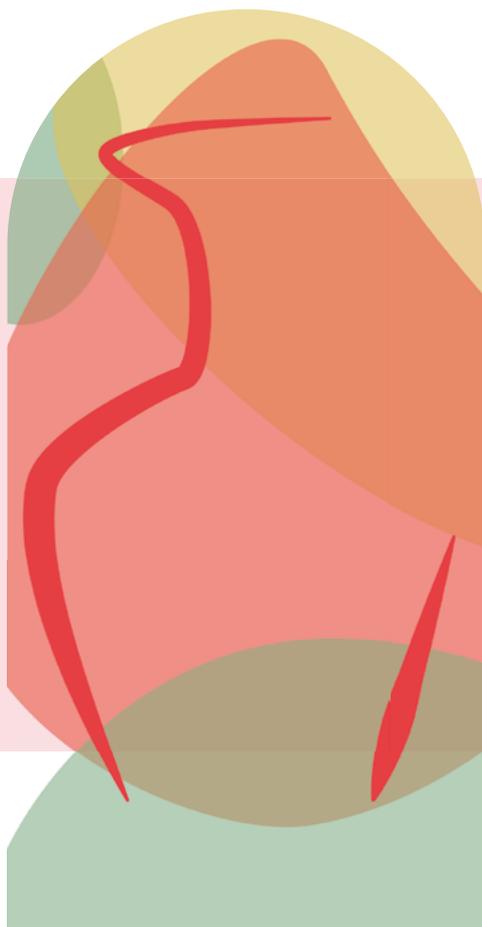


Papéis em circulação na capitania de São Paulo (século XVIII): apontamentos preliminares

Papers in circulation in the captaincy of São Paulo (18th Century): preliminary appointments

volume 14 número 27 jul/deg 2020



Maria A. de Menezes Borrego¹

maborrego@usp.br

Igor Alexandre Silva Cassemiro²

igorcassemiro@usp.br

*Cultura Material:
objetos, imagens e representações - 1/2*

Resumo

As marcas d'água identificadas em documentos produzidos na capitania de São Paulo durante o século XVIII evidenciaram que papéis de diferentes proveniências circulavam na América e se convertiam em suportes de informações privilegiados para a comunicação entre as várias partes do Império Português. Não obstante sua reconhecida importância, o artefato papel, como produto do trabalho humano e vetor de relações sociais, tem recebido pouca atenção da historiografia brasileira. A fim de fomentar o debate, este artigo identifica alguns circuitos comerciais e administrativos de papéis entre os centros produtores papéis, o reino e seus domínios, envolvendo diferentes atores sociais, e procura captar as mudanças de seus usos e funções nesses percursos. Ao atentar para a materialidade dos documentos, intenta-se destacar sua centralidade para o funcionamento do Império, cujo sucesso dependia, em grande medida, da produção escrita que se desenvolvia nos territórios ultramarinos.

Palavras-chave: Papel; Marca d'água; Cultura material; Cultura escrita; Império português.

Abstract

The watermarks identified in documents produced in the captaincy of São Paulo during the 18th Century showed that papers of different origins circulated in America and became privileged supports of information for communication between various parts of the Portuguese Empire. Despite its recognized importance, the paper artifact, as a product of human labor and a vector for social relations, has received little attention from Brazilian historiography. In search of contributing to the debate, this article identifies some commercial and administrative paper circuits among paper producing centers, Portugal and its domains, involving different social actors, and seeks to capture changes in their uses and functions in these trajectories. Focusing on the materiality of the documents, the text intends to highlight its centrality to the functioning of the Empire, whose success depended, to a large extent, on the written production that was developed in the overseas territories.

Keywords: Paper; Watermark; Material culture; Writing culture; Portuguese Empire.

¹ Doutora em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. Docente do Museu Paulista - USP. Pesquisadora Responsável por Auxílio à Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (proc. 2018/03118-6). Email: maborrego@usp.br.

² Graduando em História pela Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (proc. 2020/04981-0). E-mail: igorcasse-miro@usp.br.

Introdução

Em 30 de janeiro de 1738, o intendente e provedor da fazenda real, Manuel Rodrigues Torres, escrevia de Cuiabá ao rei D. João V:

Em tal consternação tem posto os Payagazes estas minas q' se nao animão a vir de Povoado mercadores alguns com fazendas necessa^{as} p^a seus abitadores, de q' resulta não haver nellas papel que chegue p^a os livros q' são necessários p^a a cobrança dos Dizimos deste anno que corre e se hão de lançar em quadernos não obestante ter eu passado ordem p^a se pagar meya outava por cada quaderno que se achar, ultimo presso por q se venderão algu q' ainda havia nas maus dos mercadores (...) Faz se m^{to} preciso q^e V. Mag^e mande remeter pella Provedoria de Sanctos a destas Minas o papel e livros necessr^{os} p^a a cobrança de todos os direitos reais, q. ao pres^{te} nella se arrecadão (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)_Conselho Ultramarino (CU)_010, Cx. 2, D. 104).

A preocupação do funcionário régio, comunicada ao soberano, com relação ao possível comprometimento da arrecadação de impostos em razão da escassez de suporte para o registro da lista de contribuintes e dos valores cobrados descortina uma série de informações sobre a circulação de papéis nas minas de Cuiabá na primeira metade do século XVIII.

Por meio do conteúdo da correspondência tem-se conhecimento sobre: a insuficiente disponibilidade do produto na região; seu fornecimento empreendido por comerciantes; São Paulo como local de procedência desses agentes, uma vez que Povoado era o termo utilizado pelos habitantes do extremo oeste da colônia para se referirem à região paulista; o transporte realizado, em grande medida, por canoas que singravam os rios entre a vila de Araritaguaba (atual Porto Feliz) e Cuiabá, pois o caminho privilegiado entre São Paulo e as minas de Cuiabá era o das monções. A correspondência igualmente indica as mudanças de uso e função sofridas pelos papéis nesse trajeto, saindo do porto de embarque como mercadorias, utilizados como suportes de informação e guardados como documentos oficiais. Por fim, acaba por iluminar a íntima relação entre os insumos da produção escrita e a administração colonial num império cujas distâncias eram longas e a burocracia, enorme. (CONCEIÇÃO, 2017; STUMPF, 2017).

Embora penas, tintas e papéis sejam lembrados pelos historiadores como fundamentais para vencer as distâncias entre as metrópoles e o ultramar, nem sempre a materialidade dos artefatos é levada em consideração, e, assim, dados passíveis de serem obtidos a partir de análises organolépticas com auxílio de instrumentos apropriados deixam de ser considerados (ALMADA, 2018, p. 26-30). No caso da missiva de Manoel Rodrigues Torres, o exame com luz visível reversa pos-

sibilitou a identificação da marca d'água e da contramarca inscritas no papel de trapo (Imagem 1), revelando sua fabricação por mestres papeleiros da família Pollera, originária de Voltri, Gênova, que se encontravam estabelecidos na região de Lucca, produzindo papel desde o século XVII (SANTOS, 2015, p. 91; BALMACEDA, 2016, p. 575-576).

Imagem 1 – Marca d'água Escudo Libertas e legenda Pollera em documento setecentista de Cuiabá, capitania de São Paulo



Fonte: AHU_CU_010, Cx. 2, D. 104. Fotografia da autora.

Tal informação trouxe novas dimensões às trajetórias de papéis para além do que fora registrado em tinta. Na primeira metade dos setecentos, muitos tinham origem na península itálica, de onde eram levados para Lisboa, para provimento do reino, mas também com destino à América Portuguesa. Desembarcados no Rio de Janeiro, eram en-

caminhados a São Paulo, carregados em tropas para Araritaguaba e, por meio das expedições monço-eiras, atingiam a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, que fazia parte da capitania de São Paulo até 1748. Uma vez utilizados para fins oficiais, produzidos pelas autoridades ou a elas endereçados, eram armazenados em seu local de produção textual nos órgãos governamentais ou percorriam variadas instâncias da administração colonial, seguindo para Portugal, onde posteriormente eram arquivados em instituições de guarda.

Neste artigo, a partir das marcas d'água e contramarcas em documentos salvaguardados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, Arquivo da Casa de Mateus (ACM), em Vila Real, e Arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu (MRCI), coletadas *in loco* entre outubro de 2019 e março de 2020, buscamos identificar alguns papéis que abasteciam o mercado colonial e esboçar seus circuitos comerciais e administrativos entre os centros produtores papeleiros, o reino e a América Portuguesa – sobretudo a capitania de São Paulo – envolvendo diferentes agentes, além de captar as mudanças de seus usos e funções nesses percursos.

Para embasar as análises aqui empreendidas, valemo-nos, principalmente, dos estudos de Kapil Raj (2007, 2015) sobre a circulação como plataforma privilegiada de observação das mudanças sofridas pelo conhecimento científico na época moderna; de Arjun Appadurai (2008) sobre a vida social das

coisas e as camadas de significados acumulados nos vários estágios da existência material; de Igor Kopytoff (2008) sobre a construção de biografias culturais das coisas assentadas na tensão entre a mercantilização e a singularização dos objetos nas sociedades complexas; de Sílvia Hunold Lara (2008) sobre a conversão do documento em fonte de informação histórica e de Antonio Castillo Gómez (2003) sobre as temporalidades do escrito.

As considerações acerca dos objetos como produtos do trabalho humano e mediadores de relações sociais, dos deslocamentos dos artefatos para o espaço público e de sua transformação em documentos históricos ancoram-se nos trabalhos de Ulpiano Bezerra de Meneses (1983, 1998). Para o historiador, as fontes tridimensionais e iconográficas – como são os papéis em questão – “não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (Meneses, 2003, p. 28), esta sim o objeto de estudo, por excelência, da História. Nesse sentido, cultura visual e cultura material merecem ser estudadas como “a dimensão física, empírica, sensorial, corporal, da produção/ reprodução social” (Meneses, 2003, p. 25), uma vez que a cultura não é um segmento à parte da vida social.

Ao privilegiar a dimensão material dos documentos – o papel e o gesto da escrita –, intentamos destacar sua centralidade para o funcionamento do Império, cujo suces-

so dependia, em grande medida, da produção escrita que se desenvolvia nos territórios ultramarinos.

A produção de papel, de marcas d'água e de contramarcas

Estudos sobre as comunidades mercantis e o comércio de bens cotidianos e de luxo na época moderna, impactados pelas viradas historiográficas dos últimos anos – espaciais, globais, materiais –, têm destacado a materialidade dos artefatos e identificado produtos que circulavam em amplas regiões do globo, extrapolando as fronteiras dos impérios, sendo consumidos de forma desigual por diversos segmentos sociais (GERRITSEN, 2016, p. 526-544).

O papel, amplamente comercializado na Europa ainda no final da Baixa Idade Média e, sobretudo, após a difusão da prensa de caracteres móveis, desenvolvida em meados do século XV por Johannes Gutenberg, de forma paradoxal, conta ainda hoje com poucos estudos sobre sua comercialização e circulação no período moderno. Segundo Daniel Bellingradt, “one of the most essential and basic network activities of the modern book history was the paper trade. Nonetheless, the workings of the paper trade remain one of the least studied areas of book history” (BELLINGRADT, 2017, p. 67).³ Tal lacuna é ainda mais enigmática quando se admite, como bem fez Lissa Roberts, que o conhecimento não existe ou

viaja por conta própria, mas antes precisa tomar corpo por meio de um suporte físico para circular, seja um indivíduo, um instrumento ou um papel (ROBERTS, 2012, p. 51), este último, veículo privilegiado de comunicação num mundo de impérios coloniais. Abordagens que levam em conta a vida social dos papéis como artefatos para além de sua existência como mercadorias e que problematizam seu consumo são ainda mais escassas.

Em contrapartida, há uma vasta bibliografia referente às características físicas do papel e às técnicas de sua fabricação que nos auxilia a identificar papéis na América Portuguesa e nos instiga a acompanhar suas trajetórias até as instituições de guarda, quando deixam de ter valor de uso, podendo ser convertidos em documentos.

Elaborado na China, possivelmente no século III a.C., o papel demorou mais de um milênio até se popularizar na Europa. Embora alguns registros de árabes produtores de papel datem do século X, na região de Córdoba, Espanha, e do século XI na Sicília, na província da Catânia, foi somente no século XIII, na península itálica que o papel começou a se difundir pelo continente e passou a ser produzido em maior quantidade e melhor qualidade (SANTOS, 2015, p. 39 e 41).

Como bem apontou José Carlos Balmaceda, "(...) el papel árabe espanhol ocupa un lugar primordial en la fabricación del papel en Europa (...)". Entretanto, logo entra em decadência diante da produção papeleira da península itálica, uma

vez que o papel italiano "(...) desde un comiezo lo superó, debido a los aportes técnicos y a la mejora de su producción (...)" (BALMACEDA, 2002, p. 305).

No século XIV, os papeleiros já eram numerosos ao redor de Fabriano, não tardando para que regiões como Voltri, Pádua, Gênova e, posteriormente, Ligúria e Veneza despontassem como importantes centros produtores de papel, fornecendo o produto para as grandes cidades europeias. Ao mesmo tempo, moinhos começaram a surgir em diversos locais, por vezes sob a influência de mestres vindos da península itálica (FEBVRE; MARTIN, 2019, p. 77-79).

Foi somente após o início da fabricação de papel na península itálica que se passou a ter registro de marcas d'água. A primeira fora feita em Fabriano, no ano de 1282, graças a "uma combinação incrível, através da qual se fundiram o papel e a luz" (SANTOS, 2015, p. 41). Tais marcas eram formadas a partir de filigranas, fios metálicos que ficavam sobre a teia da fôrma utilizada na fabricação de papel, evitando que as fibras do tecido se acumulassem sobre eles, gerando áreas com maior transparência (SANTOS, 2015, p. 43) que só poderiam ser vistas contra a luz.

Ainda no século XIII, as marcas d'água já representavam a intenção do fabricante de assinalar o papel com um traço que lhe fosse característico. No começo, eram formadas por desenhos simples que, com o passar dos anos, ganharam complexidade e se tornaram mais

³ Uma das mais essenciais e básicas redes de atividades da história do livro moderno foi o comércio de papel. No entanto, os trabalhos sobre o comércio de papel continuam sendo uma das áreas menos estudadas da história do livro (tradução livre dos autores).

⁴ Na Espanha, o processo foi semelhante. A imigração de genoveses para diferentes regiões da Espanha ocorrerá entre os séculos XV e XVIII e foi relevante para a consolidação da indústria de papel no país (BALMACEDA, 2002, p. 306).

elaboradas (SANTOS, 2015, p. 45). Com a invenção da imprensa no século XV, o surgimento de novos moinhos e o aumento da demanda por papel em toda Europa, as marcas d'água se multiplicaram. O desenvolvimento de uma concorrência comercial levou a uma maior personalização (BANDEIRA, 1995, p. 40) e ao plágio de muitas marcas d'água, prática comum até o final do século XIX (SANTOS, 2015, p.47).

As contramarcas também passaram a ganhar espaço. Além de aparecerem em simetria com a marca d'água principal, geralmente do lado esquerdo do fólio, podem figurar nos cantos do papel, representando, muitas vezes, letras isoladas ou monogramas que nos auxiliam na identificação dos produtores ou da região onde foram produzidos (SANTOS, 2015, p. 51).

Os primeiros registros de fabricação de papel em Portugal não tardaram a aparecer. Maria José Ferreira dos Santos relatou que, em carta de 1411, D. João I autorizara seu escrivão, Gonçalo Lourenço Gomide, a fundar engenhos para fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel na região de Leiria, onde outrora haviam existido dois moinhos antigos. A autora também localizou registros, datados de 1431, de produtores de papéis em Cernache, local próximo a Coimbra (SANTOS, 2014, p. 7).

No século XVI, a fabricação de papel foi difundida pelo norte e centro de Portugal, com o fabrico do produto em Braga, por volta de 1534, na Ribeira da Fervença, em 1537, e em Alenquer, em 1565

(SANTOS, 2014, p. 8). No século XVII, outros dois engenhos de papel são bem documentados: o engenho estabelecido em Vila Viçosa a mando do duque de Bragança, futuro D. João IV, que funcionou entre 1637 e 1641, e o engenho de Figueiró dos Vinhos, fundado, provavelmente, antes da década de 1660 (PORTELA, 2012, p. 12-13).

Embora a migração de mão de obra especializada de outros locais da Europa para Portugal já acontecesse no século XVII, com a presença de um papeleiro castelhano em Vila Viçosa e trabalhadores franceses em Figueiró dos Vinhos (SANTOS, 2014, p. 8), foi somente no século XVIII que ocorreu um surto manufatureiro de papel em território luso, sendo o período mais bem documentado e estudado. Na região da Lousã, por exemplo, a presença de famílias da península itálica foi expressiva (SANTOS, 2008, p. 9). Além de serem grandes fornecedores de papel para Portugal, os italianos foram fundamentais para o crescimento e o surgimento de novas fábricas do insumo no país nos setecentos.⁴

No desenvolvimento desse cenário, destacou-se o genovês Joseph Maria Ottone. Após chegar a Lisboa no final do século XVII, o mestre papeleiro fundou uma fábrica de papel em Braga em 1706 e, em 1708, esteve envolvido na fundação da Fábrica de Papel da Lapa, em São Paio de Oleiros. Finalmente, em 1714, solicitou empréstimo a D. João V para a construção da famosa Fábrica da Lousã, o qual obteve graças aos seus empreendimentos

anteriores. Com o crescimento da fábrica, outras famílias da península itálica envolvidas na produção de papel se estabeleceram em Portugal, como os genoveses Thomati, Buzano, Baguetto, Varezi e Canneva (SANTOS, 2008, p. 43-46).

A fábrica da Lousã começou a produzir somente em 1716 e, durante a gestão de Joseph Maria Ottone, praticamente monopolizou a fabricação de papel no centro e no sul do país (SANTOS, 2008, p. 45). Em pouco tempo, a cidade de Coimbra se tornou uma grande consumidora do papel produzido na Lousã, utilizado tanto na imprensa do Colégio de Jesus, quanto na imprensa da Universidade, pelo menos até o ano de 1790 (BANDEIRA, 1995, p. 43 e 46). O papel também serviu à Real Academia de História e ao Conselho da Rainha, institutos que exigiam papéis de boa qualidade (SANTOS, 2008, p. 46).

Não obstante o surto fabril e a presença da mão de obra especializada da península itálica, a produção de papel em Portugal não foi suficiente para atender às necessidades do reino e da administração de suas colônias, o que deixava o país dependente da importação de papéis fabricados em outras regiões, como os de origem italiana, francesa, holandesa e inglesa (SANTOS, 2015, p.19).

Embora não se avolumem as pesquisas sobre a comercialização papeleira no reino e no ultramar, como já mencionado, sabe-se que era um negócio lucrativo que estava nas mãos de grandes comerciantes estabelecidos em Portugal.

A corroborar tal afirmação, está a sugestiva atração de homens de negócio, membros da Junta do Comércio de Lisboa, pelo controle da fábrica da Lousã quando de sua decadência na década de 1760.

Ao estudar a região no século XVIII, Maria Rosário Castiço de Campos comentou que Jacôme Ratton, destacado industrial na época pombalina, aventara a possibilidade de arrematá-la para "estabelecer uma fábrica de papel fino (...) por ser um gênero de primeira necessidade, e de grandiosíssimo consumo em Portugal, e suas colônias" (RATTON, 1813, *apud* CAMPOS, 2010, p. 94), mas desistira. Como o negociante João Baptista Bourgeois, interessado na compra da fábrica, viera a falecer, ela acabou passando às mãos de opulentos negociantes da Praça de Lisboa, mediante alvará assinado pelo Conde de Oeiras em 1770 (CAMPOS, 2010, p. 95).

A importação de papéis na América Portuguesa nos setecentos

Se o papel era um gênero de grandiosíssimo consumo no reino e no ultramar, nas palavras de Ratton, não seria menos verdade afirmar sua enorme importância para a estruturação e a manutenção das redes mercantis, principalmente para aquelas dedicadas aos negócios de longa distância, envolvendo agentes atuantes em diferentes localidades, muitas vezes em três ou mais continentes, cujas comunica-

ções eram mediadas por cartas comerciais.

Tais correspondências, cada vez mais frequentes no século XVIII, em razão do aprimoramento do sistema de correios e da mobilidade de comunidades mercantis transnacionais, guardam preciosas informações não só atinentes à própria atividade econômica “como contatos, análise de mercado, balanço e acertos financeiros”, mas também às realidades em que se movimentavam os parceiros e correspondentes comerciais (FURTADO, 1999, p. 21-22).

A partir dessa apropriação, os papéis passavam a conter, além de suas características materiais, informações escritas sobre sua circulação pelos membros do segmento mercantil. Embora ocasionalmente trouxessem registros sobre o fluxo de mercadorias encomendadas, compradas e vendidas, não é sempre que dispomos de dados sobre sua própria comercialização, e quando existem, por vezes, são relegados em detrimento da análise de outros produtos.

Talvez seja justamente pelo caráter corriqueiro, pelo fato de ser algo tão cotidiano e fundamental tanto naquele período, como principal meio de comunicação, quanto nos dias de hoje, como a principal fonte escrita para muitos historiadores, que o estudo da circulação de papel tenha sido deixado de lado por tanto tempo. Nessa perspectiva, o artefato estaria inserido no conjunto de troços, trecos e coisas humildes de que nos fala Daniel Miller, “invisíveis e não mencionados,

condição que, em geral, alcançam por serem familiares e tidos como dados” (MILLER, 2013, p. 79).

Nos *Negócios Coloniais*, por exemplo, os papéis são citados também como mercadorias e não só como suportes dos conteúdos das cartas. Organizada por Luis Lisanti Filho, a obra contempla a transcrição de quase seis mil correspondências ativas e passivas trocadas entre o negociante português Francisco Pinheiro e seus agentes espalhados pelo ultramar durante a primeira metade dos setecentos. O conjunto corresponde a um quinto dos 30 maços da coleção que se encontra depositada no Arquivo do Hospital de São José, o antigo Hospital Real de Todos os Santos, situado na cidade de Lisboa. Para administrar seus negócios, que alcançavam locais muito distantes uns dos outros, como Cuiabá e Macau, Pinheiro necessitava de uma vasta rede de comunicação por cartas com seus representantes comerciais (GUIMARÃES, 2005, p. 110; HONDA, 2005, p. VII).

Além de informações sobre o transporte, a venda e os preços dos papéis em meio a outras mercadorias, algumas missivas nos dão notícias de sua escassez em determinados locais, como já constatamos para Cuiabá no mesmo período, e dos elevados valores que alcançavam dificultando seu acesso. Em carta enviada da Bahia por Antonio Pinheiro Gomes para Francisco Pinheiro, em setembro de 1722, o representante comercial informava que aquela terra “esta em tal estado que não se acha couzas comes-

tiveis nem papel que esta custando 5.000 rs” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 19-20). A situação não é muito diferente em outros locais. O caixeiro João Deniz de Azevedo, escrevendo do Rio de Janeiro, noticiava não ter papel em terra (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 184). Por fim, vale citar que numa correspondência enviada da vila de Santos por Francisco Marquez a Pinheiro, em 1727, o representante comercial mencionava o papel numa lista dos produtos mais demandados na região (LISANTI FILHO, 1973, v. 4, p. 42-43).

Tal demanda só poderia ser atendida por meio de remessas vindas de Portugal, pois até a transferência da família real para o Brasil, a importação era a única forma de se obter papéis na América portuguesa, uma vez que sua fabricação era proibida no ultramar. Se não considerarmos as tentativas malogradas da instalação de prelos em Pernambuco, em 1703, e no Rio de Janeiro, em 1747, a primeira fábrica de papel no Brasil foi construída entre 1809-1810 no Rio de Janeiro, pelos portugueses Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva, diante da falta de papel de que se ressentia o regente D. João (OLIVEIRA, 2014, p. 66).

Os papéis também fizeram parte da primeira carregação despachada de Lisboa, de forma dispersa em 12 navios, pelo negociante Francisco Gomes da Costa, no final de 1756, em direção ao Recife para ser recebida por João da Costa Soares. Ao estudar a sociedade mercantil formada pelos agentes citados, Thiago Alves Dias identificou

resmas de papel, penas e tintas, como caparosa e galha, classificadas por ele como utensílios de escrita, os quais correspondiam a 1% do total da carga (DIAS, 2018, p. 10). Se os papéis foram qualificados no documento consultado pelo autor nos Fundos findos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não temos conhecimento.⁵

Tal como ocorrera com os papéis destinados à casa comercial de Recife, era comum que fossem apenas citados nos róis de artigos, ainda mais quando significavam tão pouco no montante transacionado. Entre as mercadorias importadas pelo homem de negócio e boticário Manuel José da Cunha, com loja de fazenda seca estabelecida na cidade de São Paulo, na década de 1740, foram mencionadas resmas de papel, sem quantidade, origem ou valor. Na carregação diversificada vinda do Rio de Janeiro, poucos artigos eram mais bem caracterizados, como os pentes de marfim, chapéus de Braga, varas de linhagem de Holanda, chávenas da Alemanha, maços de linha de Guimarães (BORREGO, 2010, p. 91).

Situação diversa foi encontrada por Régis Quintão no Distrito Diamantino e por Walmira Costa em Vila Rica no século XVIII. Ao se debruçar sobre a documentação do Erário Régio do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, em estudo sobre os materiais de escritório utilizados pela Real Extração, o historiador localizou entre as encomendas: papel AP, papel de embrulhar, papel de França – marca grande e pequeno–, papel de Gê-

⁵ Embora seja intenção desse artigo privilegiar a circulação de papéis entre o reino e a América Portuguesa, não podemos deixar de mencionar outras rotas mercantis estudadas pelo mesmo autor incluindo os negócios da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba que se estendiam pelos quatro continentes durante as décadas de 1750 e 1770, nos quais as resmas de papel e tinta compradas em Gênova por ordem dos negociantes portugueses – alguns dos quais envolvidos na compra da fábrica de Lousã – “seguiram os mercados indianos em troca de panos a serem comercializados em Angola, tendo sido pagos com solas, atados e couros em cabelo” (DIAS, 2019, p. 149).

nova, papel de Holanda – bastardo e de marca grande–, papel de Luca, papel imperial, papel pardo, entre outros, acompanhados pelas respectivas quantidades (QUINTÃO, 2020). Já entre os materiais de escrita que passaram pelo almoxarifado de Vila Rica, nos anos de 1767-1768, estavam resmas de papel imperial, possivelmente produzido na fábrica da Lousã (MARQUES, 2004, p. 117), de papel maior e de marca menor e papel de Luca, originário da região de Lucca, na Toscana, totalizando mais de cem mil folhas num período de dois anos (COSTA, 2016, p.75).

Essas meras caracterizações já evidenciam a diversidade dos artefatos em termos de dimensão, qualidade, gramatura, procedência, mas outros sim, apontam para circuitos diferenciados de circulação dos papéis, articulando atores sociais distintos desde os centros produtores europeus até o interior da América. Se eles eram tão diversificados numa localidade de Minas Gerais, também não o seriam em outras regiões coloniais?

Se nos fássemos apenas nos estoques dos estabelecimentos comerciais da cidade de São Paulo, por exemplo, o resultado não seria plenamente satisfatório. Entretanto, é importante destacar que essas mercadorias estavam disponíveis aos consumidores na loja de fazenda seca de Gaspar de Matos, na década de 1730, sob a forma de 22 resmas de papel inteiro e 23 mãos de papel pardo (APESP_Inventários e testamentos_1735_C00734); na loja de João Rodrigues Vaze de

João Francisco Lustosa, no decênio seguinte, descritas genericamente como resmas de papel e maços de cartas de papel (APESP_Inventários e testamentos_1746, C00659 + avulso; 1746, C00667), e ainda, na de José da Silva Ferrão nos anos 1760 (APESP_Inventários e testamentos_1762, C00541). Embora não possamos afirmar que esses mercados abastecessem as minas de Cuiabá, as menções aos papéis nos inventários *post mortem* confirmam sua presença no “Povoado” e nas mãos de comerciantes.

Com o passar das décadas, nota-se um barateamento do valor da resma, o que talvez indique tanto produção mais seriada quanto maior acesso ao produto. Para que se tenha ideia do valor aproximado do papel nos primeiros decênios do século XVIII em São Paulo, basta dizer que a resma avaliada a 1\$600 no inventário de Gaspar de Matos, aberto em 1735, correspondia a uma toalha de mesa de Guimarães, de marca ordinária, com 6 guardanapos em bom uso, ou a uma toalha de mesa de algodão arrendada velha com 8 guardanapos de algodão novos, ou a um candeeiro de latão de 4 jogos em bom uso, ou a um estrado de 12 palmos de comprimento e 4 de largo, ou ainda a um colchão de pano de algodão cheio de marcela e capim em bom uso, todos avaliados pela mesma quantia. Já uma mão de papel de 25 folhas tinha o mesmo valor de 2 navalhas de cabo de pau vendidas em sua loja. No caso da resma avaliada a 1\$280 no inventário de José da Silva Ferrão, aberto em 1762,

seu valor equivalia ao de um baú pequeno com uma fechadura, ou ao de uma imagem do Senhor crucificado de marfim ou ao de uma garrafa grande, bens de seu domicílio igualmente valorados. Na loja de fazenda seca, o valor poderia ser equiparado ao de dois pares de meia de seda ordinários para mulher.

Para além de analisar o papel em situação mercantil, é preciso investigá-lo em outras fases de sua vida social, como suporte privilegiado do gesto da escrita na administração colonial e atualmente como documento salvaguardado nos arquivos de Brasil e de Portugal, “a um só tempo, parte do fenômeno histórico e fonte documental para sua compreensão” (REDE, 1996, p. 266).

Nos *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, as referências à circulação interna de papel para uso administrativo são abundantes. Diversas portarias dirigidas ao provedor ou ao almoxarife da Fazenda Real exigindo que mandassem fazer vir os mais variados produtos para diferentes localidades, como pólvora e armas, alimentos, ferramentas, e até mesmo cobertores, sapatos e meias, esclareciam que cabia a eles a distribuição do papel em branco, sendo uma resma de papel de Olanda e duas do ordinário, como registrado no documento de 6 de dezembro de 1777 (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1961, v. LXXXIV, p. 123).

Mais uma vez, nota-se uma diferenciação entre os papéis chamados de “ordinario”, provavelmente

oriundos da Fábrica da Lousã, tal como o imperial acima mencionado, e os de “Olanda”, os quais possuíam uma reputação internacional por conta de sua alta qualidade (BELLINGRADT, 2017, p. 73), sendo preferíveis na documentação considerada mais importante, como é o caso da portaria de 27 de março de 1767 que solicitava ao Provedor da Fazenda Real que mandasse fazer um livro com meia resma de papel de “Olanda” para o registro das cartas que iriam para a Secretaria de Estado (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1940, v. LXV, p. 139).

Em correspondência datada de 1768, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, dirigia-se ao Marquês de Pombal para dar notícias de seus feitos e do bom andamento da capitania de São Paulo três anos após seu desembarque na América Portuguesa e a quantidade de papel utilizada foi a medida escolhida para representar o sucesso.⁶ Assim ele se expressava:

Tenho evitado os disturbios, e delictos, e toda maquina se move facilmente, e sem violencia, e deixo a meus successores hum bem trilhado caminho para se podem adiantar muito por elle, como espero; para o referido não me tenho poupado o trabalho, basta dizer a V. Ex.^ª que na Secretaria do Governo, como atesta o Secretario se tem escripto trinta e cinco resmas de papel, e na minha Secretaria particular onze ou doze, tudo dictado da minha voz; (...). S. Paulo 20 de junho

⁶ D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o 4º morgado de Mateus, foi governador da capitania de São Paulo de 1765 a 1775.

de 1768. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Conde de Oeyras – Dom Luiz Antonio de Souza (DOCUMENTOS INTERESSANTES..., v. XIX, 1896, p. 26-29).

Renata Ferreira Munhoz igualmente comenta sobre seu empenho em escrever de próprio punho, no início do governo, as duas vias dos documentos enviados a Lisboa, atribuindo tal iniciativa tanto à sua obstinação por aquilo que lhe interessava como à falta de amanuenses e aritméticos na capitania. Seja pelo fragmento em destaque, seja pelas análises da autora, fica patente “a importância da produção escrita para a manutenção de um governo ultramarino” (MUNHOZ, 2014, p. 9).

Uma vez tecidos breves comentários acerca da presença e dos usos dos papéis nas esferas mercantil e administrativa na América Portugal, resta-nos a difícil tarefa de especificá-los, a partir da identificação de marcas d'água, a fim de inseri-los em circuitos de circulação, buscando captar as temporalidades do documento – papel e escrito – e as questões e demandas coloniais de que eles foram suportes de informação e veículos de comunicação.

Papéis para fins administrativos na colônia: desafios para sua identificação

Como bem apontou Adriana Angelita da Conceição, “Sem a escrita, o governo à distância, naquele período, teria sido inviável, pois a produção e a circulação de papéis mantiveram as estruturas administrativas e as redes de sociabilidade públicas e privadas” (CONCEIÇÃO, 2017, p.3). A situação, evidentemente, não foi diferente no caso do Império espanhol. Segundo Maria del Carmen Hidalgo Brinquis, “durante el siglo XVII, el papel se convierte en una materia imprescindible en la administración de Consejos, Audiencias, Consulados, escribanías, instituciones eclesiásticas así como en imprentas e librerías (HIDALGO BRINQUIS, 2013, p. 208).

As análises aqui empreendidas para identificação de alguns papéis que circularam pelos meandros da administração colonial foram realizadas a partir de 78 marcas d'água presentes em documentos setecentistas de três instituições de guarda. No Arquivo Histórico Ultramarino foram fotografadas, sobre a mesa de luz da instituição, 31 marcas d'água em documentos provenientes de Cuiabá, entre os anos de 1738 e 1757, correspondentes, em sua maioria, a cartas de autoridades coloniais e requerimentos de vassalos ao soberano. No Arquivo da Casa de Mateus, em Vila Real, foi localizada uma série de 89 documentos referente aos pedidos de licenças para embarcações passa-

rem pelas fortalezas da praça de Santos de 1766 a 1768. A partir de fotografias dos papéis contra a luz, foram obtidas 23 imagens de marcas d'água diferentes. No Arquivo de Documentação Histórica do Museu Republicano "Convenção de Itu", extensão do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, por sua vez, foram fotografadas, sobre mesa de luz portátil, 24 marcas d'água de documentos pertencentes a dois livros de inventários do 1º Ofício da Comarca de Itu, no período compreendido entre 1779 e 1781.

Trata-se, portanto, de um conjunto de documentos textuais da administração pública e da área cartorária. Não fora, entretanto, somente o conteúdo dos documentos que orientou a seleção do universo de pesquisa, mas antes a procedência colonial da escrita. Por um lado, esse critério indica os caminhos geográficos de ida e volta percorridos pelos papéis, no caso daqueles depositados em arquivos lusitanos; por outro lado, a escolha de documentos produzidos em Santos, Itu e Cuiabá poderia evidenciar um circuito de circulação dos papéis no interior da colônia que envolvesse a rota monçoeira. Para desenvolver tal hipótese, a proposta inicial era ampliar o universo de pesquisa levantando mais elementos identificadores dos papéis em documentos da primeira metade do século XVIII produzidos, sobretudo, em São Paulo e Cuiabá, a fim de inferir trajetos por meio da recorrência das imagens.

Entretanto, em razão do fechamento dos arquivos brasileiros devi-

do à pandemia da Covid-19, entre os meses de março a setembro de 2020, a consulta presencial a uma amostra maior de documentos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo do Estado do Mato Grosso ficou comprometida, daí o caráter de estudo preliminar deste artigo. Diante da impossibilidade da coleta *in loco*, a estratégia foi cotejar as marcas d'água com aquelas identificadas em trabalhos de especialistas que se debruçaram sobre a materialidade dos papéis nas capitanias de São Paulo e Mato Grosso. Referimo-nos à tese de doutorado de Vanessa Martins do Monte (2013), *Correspondências paulistas* e à dissertação de mestrado de George Gleyk Max de Oliveira (2014), *Estudos do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso*.

Apesar de o confronto indicar a possibilidade de que papéis atingissem as minas de Cuiabá pelas vias fluviais, não há dados suficientes para sustentar tal suposição de forma mais categórica. Ademais, embora houvesse a prevalência da rota monçoeira para se alcançar o extremo oeste até meados do século XVIII, tanto que Antonio Rolim de Moura, o primeiro governador da capitania de Mato Grosso, percorreria as estradas móveis para chegar a Cuiabá em 1751, o caminho terrestre via Goiás já estava aberto desde 1737, o que nos obriga a ter cautela em afirmações peremptórias.

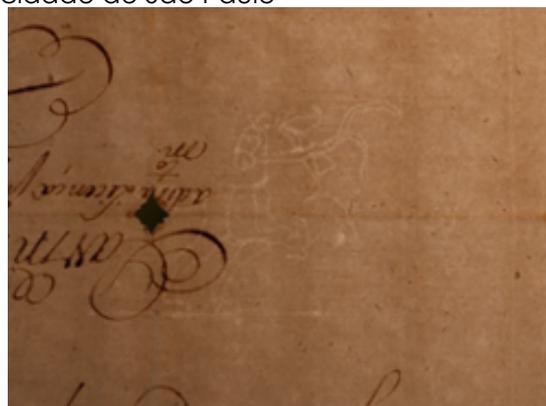
Diante do cenário inconclusivo desse estágio da pesquisa, optamos por trazer a público exemplos de marcas d'água recorrentes em várias localidades da capitania de São Paulo e de Mato Grosso durante o século XVIII na documentação compulsada. Se, por ora, não conseguimos traçar os circuitos coloniais internos com segurança, podemos ao menos identificar os locais de produção da escrita, a serem articulados posteriormente a partir de novas investigações.

Quanto aos circuitos transoceânicos, buscando identificar a procedência dos papéis que aqui chegavam, recorreremos às bases de dados internacionais de marcas d'água on line - www.memoryofpaper.eu, www.cahip.org, www.piccard-online.de -, aos catálogos impressos e aos trabalhos de especialistas para outros contextos na época moderna, uma vez que inexistem catálogos para a realidade colonial.

Um cavalo com fita esvoaçante e as patas dianteiras levantadas era a imagem inscrita em papéis que circularam nas capitanias de São Paulo e na capitania de Mato Grosso a partir da década de 1760 e foi identificado nos documentos depositados no Arquivo da Casa de Mateus (Imagens 2 e 3) e no Arquivo do Museu Republicano de Itu (Imagens 4, 5, 6, 7), também localizados por Vanessa do Monte e George Gleik de Oliveira. O animal é quase sempre acompanhado por letras na folha oposta, por vezes, contramarcas: AGC, LMC, DV e CR (MONTE, 2012, p. 155, 164 e 165). Sugestivamente as letras ACG aparecem

em documentos nas duas pontas da rota das monções, Cuiabá e Itu, o que poderia indicar o caminho percorrido pelo papel para chegar ao extremo oeste, pois, até 1797, Araraguaba, de cujo porto partiam as expedições fluviais, pertencia a Itu.

Imagem 2 -Marca d'água Cavalo com as patas dianteiras erguidas em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_AI.1.
Fotografia da autora

Imagem 3 - Contramarca CR em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_AI.1.
Fotografia da autora

Imagem 4 -Marca d'água Cavalo com as patas dianteiras erguidas em documento da década de 1770 da vila de Itu



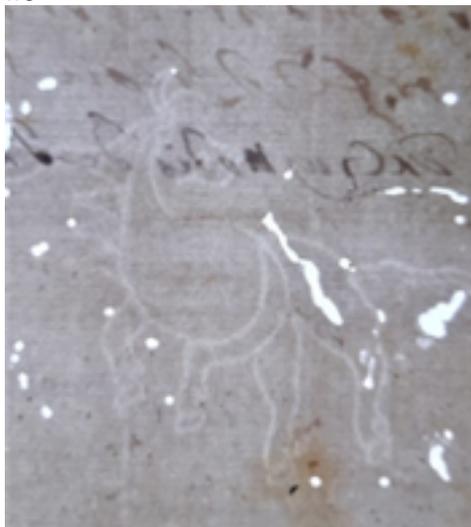
MRCI_1º ofício da Comarca de Itu_
Inventário_cx. 13_1779-1781.
Fotografia de Marcos Steiner.

Imagem 5 -Versão 1 da marca d'água Cavalo com as patas dianteiras erguidas em documento da década de 1770 da vila de Itu



MRCI_1º ofício da Comarca de Itu_
Inventário_cx. 13_1779-1781.
Fotografia de Marcos Steiner.

Imagem 6 -Versão 2 da marca d'água Cavalo com as patas dianteiras erguidas em documento da década de 1770 da vila de Itu



MRCI_1º ofício da Comarca de Itu_
Inventário_cx. 13_1779-1781.Fotografia de
Marcos Steiner.

Imagem 7 -Contramarca AGC em documento da década de 1770 da vila de Itu



MRCI_1º ofício da Comarca de Itu_
Inventário_cx. 13_1779-1781.Fotografia de
Marcos Steiner.

Devido ao grande número de versões e sua utilização ao longo de muitos anos, possivelmente por diferentes produtores de papel, a identificação exata de seu local de origem é difícil. Dois cavalos similares

⁷ Agradecemos a Me. Marina Furtado Gonçalves as informações e as indicações bibliográficas sobre a família Galvani, desenvolvidas em sua pesquisa de doutorado sobre a caracterização material da documentação avulsa da coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800), cuja tese será defendida em 2021.

⁸ O catálogo Tecnicelipa foi elaborado pela equipe do Museu do Papel, localizado na cidade de Santa Maria da Feira, em Portugal, coordenado pela Dra. Maria José Ferreira dos Santos, a partir do levantamento de manuscritos e livros impressos existentes em diferentes bibliotecas e arquivos portugueses do século XIV ao XIX. Atualmente integra a base de dados do projeto Bernstein – *the memory of paper*.

⁹ Na tese de Vanessa do Monte é acompanhado pelas legendas SFP, VORNO, AP, SQ, AG, GG e GB e na dissertação de George Gleyk de Oliveira pelas legendas VORNO, SFP, SQ e AP.

figuram na obra de Ataíde e Melo, um do ano de 1571 e outro de 1755, ambos de origem francesa (MELO, 1926, p. 47, 58 e 65). Enquadrados nas imagens relacionadas aos mamíferos, os cavalos também aparecem no catálogo de Balmaceda, que nos apresenta ao menos oito versões, todas encontradas em papéis italianos fabricados entre 1760 e 1812 (BALMACEDA, 2016, p. 506-509).

Segundo Marina Furtado Gonçalves, a contramarca AGC refere-se ao papel produzido pela família Galvani, chefiada por Andrea Galvani, que teve o seu primeiro moinho na comuna de Cordenons, daí o “C” no monograma (GANZER, 2014).⁷ No trabalho de Theo e Frans Laurentius, o papel com a marca d’água com as letras ACG também é mencionado como produzido por Andrea Galvani, porém em Carbonera (LAURENTIUS, 2016, p. 21). A marca é datada de 1849, enquanto a documentação do Museu Republicano situa-se entre 1779 e 1781, o que torna pouco provável que a produção tenha sido chefiada por Andrea Galvani em ambos os casos. O nome pode ter sido mantido após sua morte ou a letra A do monograma ACG se referia, no século XVIII, a outro membro da família Galvani.

No catálogo Tecnicelipa⁸ a marca d’água é descrita como cavalo, contorno simples, com boca, olho, rabo, crina e quatro patas com fitas a esvoaçar e sela no dorso, de dimensões 57 mm x 58 mm, cuja reprodução é datada de 1762 (Imagem 8).

Imagem 8 - Descrição do cavalo com crina esvoaçante no Catálogo Tecnicelipa



<http://memoryofpaper.oeaw.ac.at/tecnicaipa/tecnicaipa.php?id=5857>

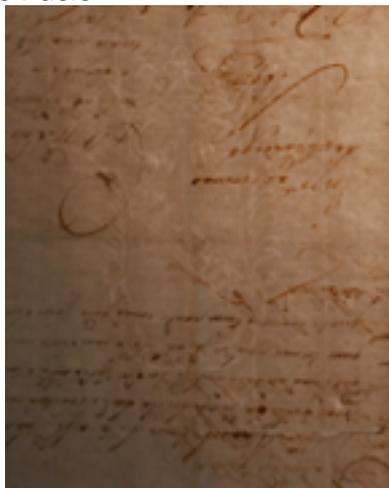
Os escudos LIBERTAS igualmente são recorrentes na documentação compulsada em São Paulo e nas minas de Cuiabá, antes e depois de seu desmembramento da capitania paulista em 1748. Possuem diversas versões, variando não só o formato, como também as legendas. Nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e da Casa de Mateus (Imagens 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), tal escudo é acompanhado pelas legendas FRANCESCO, VORNO, GT, SQ, GB, POLLERA e AP⁹ e sua marca d’água é enquadrada por Balmaceda no conjunto de imagens relacionadas aos emblemas heráldicos e escudos.

Imagem 9 -Marca d'água escudo Libertas Vorno em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



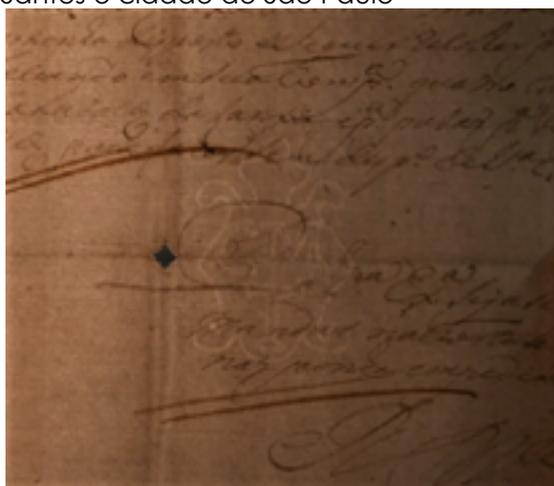
ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 11–Versão 1 da marca d'água escudo Libertas Vorno em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 10–Marca d'água GMT em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 12–Marca d'água sol SADP em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



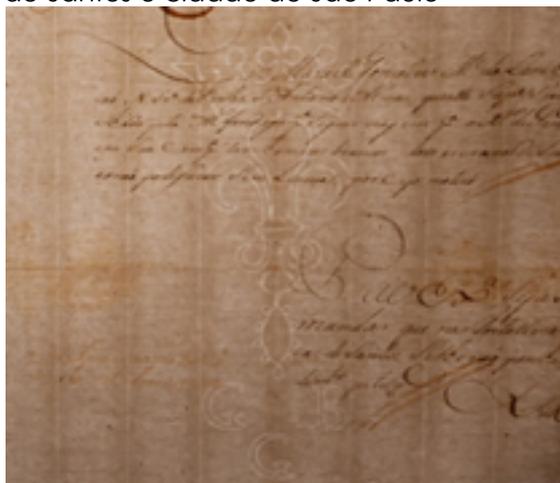
ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 13—Versão 2 da marca d'água escudo Libertas Vorno em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 14—Marca d'água flor de lis GGB em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Imagem 15—In fólho com as marcas d'água escudo Libertas Vorno e a flor de lis GGB em documento da década de 1760 da vila de Santos e cidade de São Paulo



ACM_Grupo 995_A1.1.
Fotografia da autora

Segundo Vanda Anastácio, a marca d'água LIBERTAS foi “usada por diversos fabricantes do século XVIII em França e noutros países europeus, cuja proveniência exata não pudemos determinar.” (ANASTÁCIO, 2007, p. LXIII). Porém, de forma geral, tais escudos eram provenientes da península itálica. Ataíde e Melo apresenta um escudo com a legenda CB, do ano de 1753, de origem italiana (MELO, 1926, p. 57 e 68), e Balmaceda nos oferece três escudos LIBERTAS diferentes com as legendas POLLERA e AP, todos do século XVIII, fabricados em Gênova (BALMACEDA, 2016, p. 575-577).

O escudo LIBERTAS com a legenda VORNO (Imagem 13) é bastante comum. Considerando que as legendas geralmente indicam o nome da família produtora ou o local de produção do papel, tudo concorre para que o papel tenha sido produzido em Vorno, uma povoação junto à cidade de Lucca, na Toscana, região que se sobressaiu entre as outras regiões papelarias italianas no século XVIII (BANDEIRA, 2008, p. 38; HEAWOOD, 1950, p.

130). A mesma marca foi localizada no site do Istituto Centrale per il Restauro e la Conservazione del Patrimonio Archivistico e Librario, segundo o qual, o papel realmente fora produzido em Vorno, na província de Lucca (<https://cutt.ly/wgszxUq>).

É bem provável, outrossim, que as marcas d'água do sol com as letras SADP (Imagem 12) e a flor de lis GGB que acompanham o escudo sejam de origem italiana, confirmando o local de produção do escudo VORNO. Enquadrado no universo das imagens relacionadas aos corpos celestes, o sol SADP também aparece com a legenda POLLERI nos requerimentos da Casa de Mateus, o que indica se tratar de uma marca d'água utilizada pelo fabricante italiano de papel Francesco Polleri. Ana Maria Leitão Bandeira comenta que Francesco Polleri utilizava marcas d'água, inclusive um sol, com a legenda S ANT DI PADOVA, o que poderia nos ajudar a explicar as letras SADP inscritas no sol que acompanha o escudo LIBERTAS. Os irmãos Polleri se dedicaram ao comércio do papel em Portugal e teriam vivido em Lisboa, fornecendo papel à Universidade de Coimbra (BANDEIRA, 2008, p. 36). A flor de lis com as letras GGB, por sua vez, aparece no catálogo de Balmaceda inserida no conjunto da flora, com as letras em ordem e posição diferentes. Todas são do século XVIII e foram fabricadas em Gênova, na península itálica (BALMACEDA, 2016, p. 415).

Porém, apesar de tudo indicar que o escudo é de origem italiana, uma de suas versões acompanha

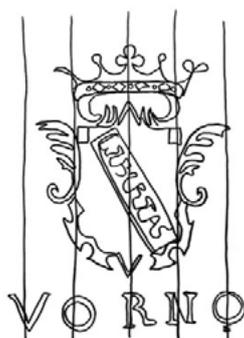
as letras GMT, que sugerem a possibilidade de que o papel fosse de origem portuguesa. Isso porque a família Thomati, oriunda de Santo António de Messina, Gênova, instalou-se na vila de Lousã e o fabricante José (Giusepe) Maria Thomati utilizou, desde o começo, a marca "JMT" ou "GMT" (SANTOS, 2015, p. 93). Se a marca realmente foi fabricada por José Thomati e possui as letras "GMT", por que a outra marca no mesmo papel é um escudo LIBERTAS VORNO que supostamente seria um papel de fabricação italiana? Esses escudos também foram usados em papéis feitos em Portugal por famílias da península itálica? Somente investigações futuras poderão esclarecer, pois, até o momento, não localizamos escudo LIBERTAS algum com a mesma contramarca.

Por fim, o escudo LIBERTAS com a legenda AP é associado à família Pollera— fabricante do papel apresentado na introdução do artigo na correspondência do intendente Manuel Rodrigues Torres— que, no início do século XVIII, já possuía 11 unidades papeleiras na península itálica. Algumas marcas d'água produzidas pelos Pollera aparecem somente com a legenda AP que teria sido António Pollera (SANTOS, 2015, p. 91).

No catálogo Tecnicelipa, a marca d'água é descrita como escudo, contorno simples, ornamentado, apresentado no campo banda na diagonal com o nome em letras maiúsculas, também com contorno simples, "LIBERTAS", sob coroa de marquês. O escudo encontra-se

sobre o nome, contorno duplo, em letras maiúsculas “VORNO”, de dimensões 125 mm x 103 mm, cuja reprodução é datada de 1745 (Imagem 16).

Imagem 16 - Escudo LIBERTAS VORNO no Catálogo Tecnicelpa



<http://memoryofpaper.oeaw.ac.at/tecnica/tecnica.php?id=4832>

Quanto à flor de lis, ela é descrita no mesmo catálogo como flor-de-lis, contorno simples, sob coroa de marquês e sobre as letras maiúsculas, também contorno simples, GB/ G, de dimensões 125 mm x 67 mm, datada de 1762.

Note-se que na documentação guardada no Arquivo da Casa de Mateus produzida na vila de Santos e na cidade de São Paulo, relativa ao período de 16 meses, entre setembro de 1766 e janeiro de 1768, ao menos quatro marcas d'água e contramarcas puderam ser descritas a partir de bases de dados e de trabalhos de especialistas. Mas elas não foram as únicas.

No mesmo conjunto, localizamos papéis com diversos motivos: escudo Libertas Francesco acompanhado por Sol SADP Polleri; escudo de armas de Portugal acompanhado por flor de lis GMC; elipse sobre dois círculos, com coroa, cruz e dois

animais similares a leões nas laterais do conjunto, considerada como o escudo de Gênova; jarra LISBOA e escudo GS; águia bicéfala com asas abertas; escudo sem inscrição; escudos Libertas GT, Libertas SQ, Libertas GB sem contramarca. Para a maioria, encontramos correspondências no catálogo da Tecnicelpa, nos trabalhos de Ataíde e Melo e de José Carlos Balmaceda, ora no trabalho de Vanessa do Monte para a capitania de São Paulo, ora no de George Gleikde Oliveira para a capitania e província do Mato Grosso, entretanto, desacompanhadas de informações mais consistentes sobre suas procedências e fabricação.

Tal fato confirma o que a literatura pontua sobre a dificuldade de se estabelecer categoricamente a procedência de um papel, pois tanto uma mesma marca podia ser apresentada de diferentes formas como as semelhanças entre elas podiam indicar que papéis parecidos eram utilizados no mesmo local e na mesma época, mas não necessariamente vinham do mesmo fabricante (MONTE, 2013, p. 174 e 179). Incontestemente, contudo, é a variedade dos papéis que chegavam à capitania de São Paulo na época do governo de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o qual primava pela produção documental volumosa como mencionado acima.

As demandas coloniais e os papéis nos dois lados do Atlântico

Se os estudos apontam para trajetórias comuns – ou próximas – entre os papéis que aportavam na América Portuguesa como mercadorias, provenientes, muitas vezes, de regiões localizadas além das fronteiras do Império – a península itálica, por exemplo – sua transformação em suportes de registros textuais é marcada pelas especificidades dos contextos de produção, recepção e conservação da cultura escrita e dos agentes sociais neles atuantes. Nessa perspectiva, texto e papel deixam de ser considerados tão somente como conteúdo e forma, e passam a ser vistos em conjunto como a dimensão material e a plataforma de observação das demandas dos vassallos no ultramar e dos encaminhamentos dados pelas autoridades régias e coloniais a elas. E como assumem a função de documentos oficiais nas instâncias da administração imperial ao ingressarem em instituições de guarda, perdendo a função de uso, podem vir a se transformar em documentos históricos, como fontes de informação, quando apropriados por especialistas. Cada um desses contextos locais são pontos centrais, em termos temporais e espaciais, para se captar as mudanças pelas quais passam os artefatos nos circuitos de circulação em que estão inseridos, segundo a análise de Kapil Raj.

No que tange às licenças tiradas pelas embarcações, durante o

governo do morgado de Mateus, a vila de Santos foi um desses pontos nodais em que o papel teve sua função modificada, passando a ser suporte para autorizações de deslocamento. No reino e nas colônias, e em praticamente todos os países da Europa, pessoas e embarcações precisavam apresentar passaportes e licenças para ir e vir entre portos ou mesmo entre as capitânias.

Ao longo do século XVIII, e mais enfaticamente a partir da restauração da capitania paulista, a região portuária santista teve grande importância como centro de redistribuição de mercadorias importadas para o mercado regional e para os portos menores da capitania e de exportação de produtos locais, pois além das “trocas comerciais entre Santos e as vilas litorâneas ao sul de São Paulo, havia importantes conexões com a área norte da marinha e com a região de serra acima, o que fazia de Santos o ponto de convergência de todos os ‘espaços econômicos’ paulistas” (MICHELI, 2018, p. 176).

No caso em tela, os registros nos dão a conhecer as demandas de mestres de canoas de voga, lanchas e sumacas, que solicitavam permissão para passarem pela fortaleza da Barra em retorno aos portos de origem após terem realizado seus negócios naquela localidade, entre os quais a venda de mantimentos. Para além da cidade do Rio de Janeiro, os mestres pretendiam regressar para a Ilha de São Sebastião, a praia de Boiçucanga, Ilha Grande, Ubatuba, levando consigo a tripulação remeira que eles deno-

minavam como seus camaradas, pessoas de sua mareação, companheiros.

Embora curtos, os conteúdos das licenças trazem à luz a realidade de uma porção da capitania paulista, correspondente ao litoral norte, dedicada ao cultivo de gêneros agrícolas – farinha, arroz, feijão, milho, tabaco, algodão, e gradativamente, o açúcar –, que escoava parte de sua produção para Santos e seu porto, e nela se reabastecia. As licenças, do mesmo modo, chamam a atenção para as embarcações marítimas tradicionais de cabotagem utilizadas nos setecentos e sobre a tripulação mameluca e caiçara que as conduzia.

Resta entender, por fim, porque o conjunto relativo às licenças foi parar no arquivo do Palácio de Mateus, outrora sua residência, e ainda porque esse “lugar de memória” não foi a última morada para grande parte dos documentos de seu governo na capitania de São Paulo. Para tanto, é importante conhecer os caminhos de circulação dos documentos também na fase de conservação de seu percurso, muitas vezes negligenciada pelos estudiosos. Segundo Antonio Castillo Gómez,

el escrito tiene otra vida más allá de los momentos concretos de su producción y consumo, en lo que podemos llamar el tiempo de la conservación, cuyo estudio tampoco es ajeno a los intereses de la historia de la cultura escrita. Ésta debe indagar en las políticas de la memo-

ria, en particular la escrita, es decir, en los discursos, las personas y las instituciones que han ejercido históricamente la competencia sobre el patrimonio escrito, en uso de la cual han intervenido en su selección y transmisión (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 122)

De volta ao reino, Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão levou consigo centenas de documentos da administração colonial para seu arquivo particular que congregava um acervo nobiliárquico com origens no século XIV, entre os quais as licenças de canoas de voga, lanchas e sumacas. Parece-nos, portanto, que o contexto de arranjo desses papéis em caixas, ainda em São Paulo, a serem transportadas para o reino cruzando novamente o oceano, agora maculados pela tinta, configura-se em outro ponto nodal da transformação dos documentos públicos em privados a serem inseridos em novos circuitos de circulação. Embora tal atitude seja estranha e até mesmo reprovável aos olhos contemporâneos, não havia normativas rigorosas relativas ao tratamento da documentação colonial e o Morgado não fora o único governador a levar documentos oficiais para o próprio lar.

No entanto, ao contrário das licenças que lá permanecem depositadas até os dias atuais, outros documentos novamente cruzaram o Atlântico em direção a instituições de guarda brasileiras. Isso porque, ao longo dos anos, a família se valeu do expediente da venda de documentos para a livraria Maggs,

de Londres, de onde Felix Pacheco adquiriu muitos que hoje se encontram na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, ou para a editora Livros de Portugal, da qual a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, adquiriu grande parte da coleção nos anos 1950 (BELLOTTO, 2015).

O Arquivo da Casa de Mateus, portanto, pode ser tomado como mais um ponto nodal de mudança na vida social dos papéis em circulação. Por um lado, foi lá que parte dos documentos foi convertida em mercadoria, naquele momento, avaliada não pela qualidade do papel, mas pela relevância da informação nele contida e, por outro, constituiu-se como repositório de fontes a serem apropriadas para a construção do conhecimento histórico.

A consciência das práticas de arquivamento e, portanto, dos caminhos percorridos pelos documentos por parte dos historiadores, certamente muito contribuiria para o melhor entendimento do funcionamento do Império português, pois, como salienta Adriana Angelita da Conceição:

A dispersão e a trajetória custodial dos documentos são aspectos importantes para o horizonte de análise de quando se estuda o período moderno, sobretudo por revelar práticas da arte de governar que contribuem para que se reflita sobre a cultura escrita das relações políticas de modo mais global. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 12-13)

Um desses documentos que saiu de Cuiabá e chegou às mãos de Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão em São Paulo, foi levado para seu arquivo familiar em Vila Real, vendido para Livraria Maggs adquirido por Felix Pacheco e, atualmente, encontra-se na Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMA), trata-se do projeto de construção de um varadouro entre os rios Jauru e Guaporé elaborado por Luis Rodrigues Vilares na década de 1740 (BMA_Coleção de Obras Raras e Especiais_Ms. 43).

Comerciante português, casado na cidade de São Paulo, mas atuante nas minas de Cuiabá e de Mato Grosso desde a descoberta do ouro em 1718, Vilares foi autor de inúmeros documentos, o que já era reconhecido na época, inclusive pelo próprio Morgado de Mateus, como se vê em carta datada de 13 de março de 1769, logo após sua morte, quando o juiz de fora de Cuiabá, João Batista Duarte, escreveu ao governador da capitania de São Paulo, afirmando ter em sua posse “todos os papéis de Luis Roiz Villares” (SIARQ UNICAMP_Fundo SBH_Pi 537/23:218_P 31).

Atualmente, os papéis de Vilares estão dispersos em arquivos nacionais e portugueses. Para além do projeto salvaguardado na Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo, já localizamos originais e reproduções no Arquivo Público do Mato Grosso, em Cuiabá, no Fundo Sérgio Buarque de Holanda, SIARQ/Unicamp, em Campinas, e no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Em 1740, três requerimentos, encabeçados por Vilares, foram enviados ao rei D. João V por um grupo de moradores e de comerciantes atuantes na Vila Real de Bom Jesus do Cuiabá, capitania de São Paulo. O primeiro solicitava a instalação da igreja da Misericórdia e a ida de missionários para a localidade; o segundo e o terceiro, cujos signatários eram integrantes do segmento mercantil, pediam o estabelecimento de feitorias às margens do rio Paraguai Grande para o comércio com os colonos da América espanhola e ainda o terceiro, a manutenção da cobrança do direito das entradas das cargas em Cuiabá. As petições foram precedidas por cartas assinadas pelo ouvidor geral, intendente da capitação e provedor da Fazenda Real da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, todas datadas de 20 de setembro do referido ano (BORREGO, 2019).

Os documentos encontram-se custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no fundo Conselho Ultramarino, Brasil – Mato Grosso; estão acomodados na caixa 3, catalogados respectivamente como AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 139, AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140e AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141. Cada requerimento constitui o anexo de uma carta do ouvidor, classificada pela instituição de guarda como documento principal nomeando um conjunto específico.

Embora produzidos na vila de Cuiabá e na mesma data, não podemos afirmar ao certo se os papéis utilizados pelo ouvidor e pelos signatários tinham as mesmas pro-

cedências. Os três documentos do ouvidor traziam a marca d'água da ave coroada de asas abertas sobre um escudo com castelos e uma tarja ao meio, sendo que, nos documentos n. 139 (Imagem 17) e n. 140 os castelos eram simples, enquanto no documento 141 (Imagem 18) eram mais elaborados, porém, em todos os casos, a palavra PAVIA esteve presente, o que sugere que as imagens fossem variações de um mesmo tema. Já no caso dos requerimentos dos colonos, encontramos nos documentos n. 140 e n.141 marcas d'água de uma flor de lis coroada (Imagem 19) e de uma ave coroada com as asas abertas (Imagem 20). Investigações preliminares, confrontando os motivos das várias marcas, foram inconclusivas quanto a tratar-se de papéis oriundos da mesma fábrica, apenas com base no fato de que a ave com asas abertas aparece tanto isolada como sobre o escudo. Para se ter uma ideia, no catálogo de Heawood (1950), há 25 páginas dedicadas tão somente à reprodução de aves com asas abertas. O que podemos afirmar é que Pavia se localiza na região da Lombardia, próxima ao rio Ticino, em cujas margens se instalaram vários moinhos, indicando a provável origem italiana do papel. Com essa informação em mãos, o circuito de circulação percorrido pelo papel mais uma vez extrapolaria as fronteiras do império e teria início na península itálica.

Imagem 17 – Marca d'água Escudo com castelos simples PAVIA em documento de 1740 da vila de Cuiabá



AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 139

Imagem 18 – Marca d'água Escudo com castelos maiores PAVIA em documento de 1740 da vila de Cuiabá



AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141

Imagem 19 – Marca d'água flor de lis coroada



AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140

Imagem 20 – Marca d'água ave corada



AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140

Embora próximos no suporte material, no contexto de produção, na catalogação atual e na estrutura formal, os manuscritos parecem não ter realizado as mesmas trajetórias quando considerados os carimbos presentes nos fólios de cada um deles, o que indica novamente as mudanças de rumo sofridas pelos documentos em seu contexto de conservação.

O requerimento de criação da igreja da Misericórdia carrega os carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina, da BNL – Arquivo da Marinha e Ultramar

e o carimbo elíptico do Arquivo Histórico Ultramarino; o requerimento dos direitos de entradas das cargas, os carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Lisboa e do Arquivo Histórico Colonial – M. das C. (Ministério das Colônias); e o requerimento da construção de feitorias, somente o carimbo circular do Arquivo Histórico Colonial – M. das C. Cabe mencionar que o Arquivo Histórico Ultramarino, antes denominado Colonial, fora criado em 1931, reunindo primordialmente a documentação da extinta Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo do Ministério das Colônias.

Os percursos diversos talvez possam ser explicados pelo conteúdo do documento 140, que envolvia questões geopolíticas, uma vez que se referia ao estabelecimento de feitorias, nas margens do rio Paraguai Grande, com baluartes munidos de peças de artilharia e solicitava permissão para abrir comércio com os castelhanos do Peru.

Tal requerimento dirigido ao monarca pode ser compreendido no âmbito do direito de petição vigente na cultura política do Antigo Regime. No Império português, escrever ao rei era um direito pertencente a todos os sujeitos espalhados pelos mais recônditos locais do reino e do ultramar. A atividade peticionária congregava representações, petições e requerimentos endereçados ao soberano; continha solicitações, mercês, queixas e descontentamentos dos vassallos diante dos abusos das autoridades locais (BICALHO, 2003; ROMEIRO, 2015; SILVEIRA, 2007). Contudo, tais instru-

mentos privilegiados de comunicação direta entre os súditos e o rei só poderiam se concretizar se tivessem o papel como suporte material, daí a necessidade de investigar com maior afinco a disponibilidade do insumo no extremo oeste e as vias de transporte do artefato.

O manuscrito ainda ilumina os contextos da dinâmica comercial nas conexões entre São Paulo e as minas de Cuiabá e da ocupação do interior da América Portuguesa na primeira metade dos setecentos. As tópicas utilizadas no requerimento relacionadas ao estado de pobreza e aos sacrifícios feitos durante a conquista do território – à custa de suas vidas e fazendas – encontram-se presentes em muitos pedidos de súditos do ultramar (HANSEN, 2004; MELLO, 2008). Tal recorrência evidencia não só a circulação de modelos peticionários na América portuguesa como também o domínio de recursos narrativos na busca do atendimento de suas reivindicações.

Por fim, ao perseguir os passos de Luis Rodrigues Vilares, observa-se como este homem de negócio poderosíssimo nas minas de Cuiabá lançava mão do arsenal textual como munição para alcançar objetivos econômicos e políticos num império assentado em papéis, no qual a comunicação escrita era fulcral.

Fato é que mesmo num momento de escassez de papel, como o vivenciado nas minas do Cuiabá em fins dos anos de 1730, exposto na carta do intendente Manoel Rodrigues Torres, os peticionários con-

seguiram acesso ao insumo, nele expuseram suas demandas e por meio dele fizeram com que fossem enviadas ao rei. A leitura da documentação subsequente evidencia que elas atravessaram o Atlântico, chegaram ao soberano e que o direito de petição fora assegurado aos vassallos da capitania de São Paulo, o que não significa, entretanto, que tenham sido atendidas.

Considerações finais: um programa de estudos

Identificar e dar nome aos agentes envolvidos nas apropriações sociais dos papéis nas mais diversas etapas de seu processo de circulação talvez sejam o maior desafio dos historiadores que tomam os artefatos como produtos e mediadores de relações humanas. Neste artigo, buscamos captar tanto as ações de algumas personagens envolvidas na vida social dos papéis desde as manufaturas até as instituições de guarda, bem como as transformações de uso e funções pelos quais eles passaram mobilizados pelos homens. Para tanto, circunscrevemo-nos aos circuitos que incluíam a capitania de São Paulo no século XVIII, sobretudo em Cuiabá e Santos, respectivamente na primeira e segunda metade da centúria. Também nos detivemos em alguns estudos de caso, quer para a identificação das marcas d'água, quer para esboçar fragmentos de trajetórias dos objetos.

A tarefa foi árdua. Em primeiro lugar, porque somos neófitos na área, mas principalmente porque

os estudos sobre papel ainda são escassos na historiografia brasileira, o que, por vezes, nos deixou sem lastro para desenvolver hipóteses e embasar análises mais densas. De todo modo, se reputamos a cultura escrita como estruturante para o funcionamento do Império, é necessário que concentremos esforços para estudar os papéis e seus elementos identificadores. É fundamental que nossas bibliotecas universitárias adquiram obras sobre a temática, assinem periódicos internacionais; que grupos de pesquisa se formem e se consolidem; que os documentos depositados em nossas instituições de guarda sejam considerados também em sua materialidade.

Estudos de maior fôlego, que trabalhem com um número maior e mais variado de documentos, extrapolem os meandros da administração e do comércio e considerem as potencialidades materiais do papel e as vastas redes de conexão nas quais o artefato seja tomado como matriz e mediador de relações sociais, hão de vir.

Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX*. Jundiá: Pacco, 2018

ANASTÁCIO, Vanda (org.). *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)*. Lisboa: Edições Colibri / Fundação das Casas de Fronteira de Tirse, 2007.

APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultura*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BALMACEDA, José Carlos. La contribución genovesa al desarrollo de la manufactura papelera española. In: *26th Congress-International Association of Paper Historians*, Roma-Verona, 2002. Roma: Istituto centrale per la patologia del libro, 2004, p. 304-310.

_____. *La Marca Invisible: Filigranas Europeas en Hispanoamérica*. Málaga: CAHIP, 2016.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão. *Pergaminho e Papel em Portugal: tradição e conservação*. Lisboa: CELPA; BAD, 1995.

_____. Santo António de Lisboa e não de Pádua: marcas de água de papel em documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra. In: SANTOS, Maria José Azevedo, et al. *O Papel ontem e hoje*. Coimbra: Renova, 2008.

BELLINGRADT, Daniel; NELLES, Paul; SALMAN, Jeroen (eds.). *Books in Motion in Early Modern Europe. Beyond Production, Circulation and Consumption*. Londres: Palgrave, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate*. Texto baseado na fala apresentada em vídeo no Seminário "Em nome d' El Rey: 2º seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus", Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2010.

_____. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. In: *Anais do I Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno* [recurso eletrônico]. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019, p. 135-140.

HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen. La fabricación del papel em España e Hispanoamérica en el siglo XVIII. *Actas del X Congreso de História del Papel en España*, Madrid, 2012.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de. *A Lousã no século XVIII: Redes de Sociabilidade e de Poder*. Coimbra: Palimage, 2010.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. História de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, nº5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da “Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...)” escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, a06416, p. 1-29, 2017.

COSTA, Walmira. *Compromissos de irmandades mineiras: técnicas, materiais e artífices (c-1708-1815)*. 338 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DIAS, Thiago Alves. A Casa Comercial de João da Costa Soares em Recife: instituições mercantis e negociantes ultramarinos no século XVIII. *História*, Assis/Franca, v. 37, 2018.

_____. Os negócios globais de uma companhia colonial: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e os negócios da China (1759-1783). *Afro-Ásia*, n. 59, p. 131-167. 2019.

FEBVRE, Lucien. MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GERRITSEN, Anne. From Long-Distance Trade to the Global Lives of Things: Writing the History of Early Modern Trade and Material Culture. *Journal of Early Modern History*, Leiden, v. 20, p. 526-544, 2016.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o "negócio da carne humana", 1707-1715. *Promontoria*, ano 3, n. 3, p. 109-133, 2005.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2. ed. rev., São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

HEAWOOD, Edward. *Watermarks: mainly of the 17th and 18th centuries*. Hilversum (Holland): the paper publications society, 1950.

HONDA, Laercio Massaru. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)*. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultura*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LAURENTIUS, Theo. LAURENTIUS, Frans. *Italian Watermarks 1750-1860*. Leiden: Brill, 2016.

LISANTI, Luis F. *Negócio Coloniais; uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, Ministério da Fazenda, São Paulo, Visão Editorial, 1973. v. 1, 2 e 4.

MARQUES, Ana Luisa. Trajectos do livro: o seu renascimento no século XVIII. *Arte, teoria, Lisboa*, n. 5, p. 111-125, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/15729>. Acesso em: 15 outubro 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev., São Paulo: Alameda, 2008.

MELO, Arnaldo Faria de Ateáide e. *O papel como elemento de identificação*. Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 1926. Disponível em: <http://purl.pt/182>. Acesso em 20 julho 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.

_____. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº21, p.80-103, 1998/1.

MICHELLI, Marco Volpini. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2018.tde-12112018-113557. Acesso em: 2 novembro 2020.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTE, Vanessa Martins do. *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. 653 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MUNHOZ, Renata Ferreira. A circulação de manuscritos no Brasil como base à transmissão da cultura após a criação da Imprensa Régia. VII Simpósio Nacional de História Cultural. *História Cultural: Escritas, circulação, leituras e recepções*, 2014, São Paulo. *Anais do evento*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014, p. 1-10.

OLIVEIRA, George Gleyk Max de. *Estudos do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso*. 300 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Línguas, Cuiabá, 2014.

PACHECO, Felix. *O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. J. Carlos Rodrigues (Coleção Beneticto Ottoni da Bibliotheca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda na Europa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1930.

PORTELA, MIGUEL. *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no séc. XVII*. Figueiró dos Vinhos: FigueiroTipo Indústria Gráfica Lda., 2012.

QUINTÃO, Régis Clemente. Papel, penas e drogas para tinta: materiais de escritório na administração diamantina do século XVIII. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-25, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d3e37.

RAJ, Kapil. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.13, p. 164-175, dez. 2015.

_____. Conexões, cruzamentos, circulações: A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Trad. Catarina Madeira Santos. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* [online], Vol. 24, p. 154-179. 2007. Posto online no dia 10 outubro 2013. Disponível em <http://journals.openedition.org/cultura/877>. Acesso em 19 abril 2019.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1 jan. 1996.

ROBERTS, Lissa. The Circulation of Knowledge in Early Modern Europe: Embodiment, Mobility, Learning and Knowing. In: INKSTER, Ian (Ed.). *History of Technology*. London: Bloomsbury Academic, 2012, vol. 31.

ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 51, fasc. 1, 2015.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel. *Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 33, p. 1-37, 2014.

_____. *Marcas de Água: séculos XIV – XIX*. Coleção TECNICELPA. São João de Ver: Rainho e Neves, 2015.

SANTOS, Maria José Azevedo, et al. *O Papel ontem e hoje*. Coimbra: Renova, 2008.

SILVEIRA, Marco Antonio. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: Capes, 2007, p. 25-47.

STUMPF, Roberta. Dos homens que serviam entre papéis e letras – Escrivães das câmaras na América portuguesa. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 02 outubro 2017. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/71379>. Acesso em 30 setembro 2020.

Fontes impressas

“N. 26”. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo. Typographia da companhia industrial de São Paulo, 1896, p. 26-29. (Vol. XIX: Correspondência do Capital General D. Luiz Antonio de Souza (1767-1770)).

“Para o Almojarife da Real Fazenda dar papel e obreyas p.^o a Sala”. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo. [s.n.], 1961, p. 123 (Vol. LXXXIV: Ofícios do General Martins Lopes de Saldanha (Governador da Capitania): 1782- 1786).

“Portaria p.a se fazer hú l.o para Reg.o da Secretar.a Particular”. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo. Typographia do Globo, 1940, p. 139 (Vol LXV - Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão aos funcionários da Capitania (1765-1771)).

Recebido em: 29/set/2020

Aceito em: 1/dez/2020